

FATOS DA LÍNGUA PORTUGUESA, DE MARIO¹ BARRETO:
UMA PERSPECTIVA HISTORIOGRÁFICA

FATOS DA LÍNGUA PORTUGUESA, BY MARIO BARRETO:
AN HISTORIOGRAPHIC PERSPECTIVE

Dieli Vesaro Palma

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
dieli@uol.com.br

Nancy dos Santos Casagrande

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
nancy.casagrande@gmail.com

RESUMO:

Este trabalho focaliza os *Fatos da Língua Portuguesa* de Mario Barreto, de 1916. Seguindo os ensinamentos da Historiografia Linguística, principalmente os Princípios propostos por Koerner (1996) e os passos investigativos orientadores dos estudos do Grupo de Pesquisa em Historiografia da Língua Portuguesa da PUC-SP, discutir-se-ão fatos sintáticos abordados no capítulo IV e a concepção de ortografia defendida no capítulo XIX. Os resultados mostram que o autor priorizava a norma culta de tendência lusitana, valorizando a língua literária e explicando os fatos linguísticos por meio de descrição minuciosa, tendo como referência o Latim ou as línguas românicas, seguindo as ideias de seu tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia Linguística; Filologia; questões linguísticas

ABSTRACT:

This work focuses on Mario Barreto's *Fatos da Língua Portuguesa*, written in 1916. Following the teachings of Linguistics Historiography, in special

¹ Em todas as referências ao título do trabalho, grafamos o nome do autor sem o acento, tal como consta na obra. Nas demais ocorrências no texto, atualizamos a acentuação.

Koerner's Principles (1996) and the investigation guidance proposed by the Portuguese Language Historiography Research Group at PUC-SP, syntactic aspects approached in chapter IV and the orthography conception advocated in chapter XIX will be discussed. The results indicate that the author emphasized the Portuguese educated norm, praising literary language and explaining linguistic aspects through detailed description, considering Latin or Roman languages as reference, according to the ideas of his time.

KEYWORDS: Linguistics Historiography; Philology; linguistic issues

Considerações Iniciais

Este trabalho² tematiza a obra *Fatos da Língua Portuguesa de Mario Barreto*, publicada em 1916. Nela, cada capítulo traz uma variedade de assuntos, de caráter morfológico, sintático, ortográfico, entre outros, diferentemente do que se verifica, por exemplo, nos *Novos Estudos da Língua Portuguesa* (1911), em que, a cada capítulo, o autor desenvolve um tema específico.

No início do século XIX, durante a Primeira República ou República Velha, houve um grande interesse por questões linguísticas no Brasil, tanto do público em geral, quanto de estudiosos da linguagem. No primeiro caso, foi o **Consultório Gramatical** o veículo para a discussão de questões dessa natureza. Caracterizava-se como uma coluna publicada na mídia impressa, jornais e revistas, na qual se apresentavam considerações sobre a Língua Portuguesa, sob o ponto de vista idealizado da correção linguística, socialmente estabelecido, com base em dúvidas enviadas pelos leitores e esclarecidas pelo **consultor**, um especialista em Língua Portuguesa, que respondia a essas indagações. O Consultório configura-se, portanto, como textos metalinguísticos construídos a partir de perguntas de leitores e de respostas de consultores. (Cf. MARCONDES, 2008) No segundo caso, foram os **filólogos**, entre eles incluídos os consultores, que se debruçaram sobre questões da Língua Portuguesa, de naturezas diversas, legando às gerações posteriores trabalhos de grande profundidade sobre o funcionamento da nossa língua na perspectiva da norma culta.

Mário Barreto, exemplo dos dois casos, faz parte desse grupo, que se insere no segundo período de estudos sobre a linguagem no Brasil, segundo

2 Este trabalho foi apresentado no XXIX ENANPOLL no GT de Historiografia Linguística da ANPOLL, em 2014 e ampliado com informações do trabalho *Fatos da Língua Portuguesa de Mario Barreto: um estudo historiográfico*, apresentado no INPLASIL, em 2014.

Guimarães (2004), estendendo-se da segunda metade do século XIX aos anos de 1930 do século XX. Nesse período, fundou-se a Academia Brasileira de Letras (1897) e criaram-se as Faculdades de Letras no Brasil. Do ponto de vista linguístico, ele tinha como características a publicação das chamadas gramáticas científicas e o estabelecimento do Novo Programa de Português para os Exames Preparatórios (1887).

Nesse contexto, os *Fatos da Língua Portuguesa* são focalizados na perspectiva da Historiografia Linguística, com destaque para questões sintáticas e ortográficas. Para tanto, são observados os princípios metodológicos de Koerner (1996), bem como os passos metodológicos propostos pelo GPeHLP da PUC-SP, objetivando mostrar as concepções sobre a Língua Portuguesa presentes nessa obra.

As perguntas que direcionaram a pesquisa foram: Quais são os fatos sintáticos abordados no capítulo IV desta obra? e Qual a concepção de ortografia defendida no capítulo XIX da obra sob análise? Para responder as essas questões, foram propostos os objetivos: a) Levantar algumas questões sintáticas discutidas pelo filólogo no capítulo IV, para caracterizar seu conceito de norma linguística; b) Verificar qual a concepção de ortografia defendida por Mario Barreto no capítulo XIX da obra *Fatos da Língua Portuguesa* e c) Destacar as contribuições da obra em análise para os estudos sobre a Língua Portuguesa no início do século XX.

O trabalho divide-se em cinco partes, a saber: Considerações iniciais, Questões metodológicas, A primeira República ou o delineamento do espírito de época; a Análise da obra e as Considerações finais.

1. Questões metodológicas

A Historiografia Linguística, como disciplina, debruça-se sobre o conhecimento linguístico já produzido, reflete sobre ele e o reconstrói, mostrando suas contribuições no passado, sua repercussão no presente e sua projeção no futuro, com vistas a descrevê-lo e a explicá-lo. Dessa perspectiva, a historiografia linguística tem como objeto a história dos processos de produção e de recepção das ideias linguísticas e das práticas delas decorrentes que, por sua vez, geraram novas ideias e novas práticas em um processo de continuidade e descontinuidade, de avanços e de retomadas, inerentes à busca de conhecimento. As maneiras pelas quais o conhecimento linguístico se produziu, desenvolveu,

foi divulgado e percebido também fazem parte, em suma, da sua história.” (ALTMAN, 2012 p. 22)

Para desenvolver esse processo reflexivo, Koerner (1996) propôs três princípios orientadores da análise do objeto sob estudo: Contextualização, Imanência e Adequação Teórica. O primeiro foi concebido como a recriação do espírito de época, ou seja, o Brasil da primeira metade do século XX, sobretudo no que diz respeito às questões linguísticas. O segundo foi entendido como a análise linguística do documento, segundo categorias que emergem do próprio texto, que, neste estudo, serão o Ádito, a estrutura da obra, a estrutura dos capítulos, aspectos sintáticos presentes no capítulo IV e o conceito de ortografia expresso no capítulo XIX. O terceiro, a **adequação teórica**, foi pensado como a aproximação de conceitos presentes na obra a teorias linguísticas atuais, com a finalidade de auxiliar o leitor moderno na compreensão do documento.

Partindo desses princípios, o Grupo de Pesquisa em Historiografia da Língua Portuguesa da PUC-SP, debruçou-se sobre os aspectos metodológicos da pesquisa historiográfica e construiu a proposta apresentada a seguir. Para o GPeHLP, é fundamental a obediência a vários pontos no desenvolvimento de uma investigação historiográfica, como:

- a) **Observação dos princípios propostos por Koerner (1996):** contextualização, imanência e adequação teórica
- b) **Passos investigativos:**
 - seleção** ou escolha dos documentos a serem analisados;
 - ordenação** ou organização definida no caso de haver mais de um documento em estudo;
 - reconstrução** do conhecimento linguístico explicitado no documento selecionado;
 - interpretação** dos fatos observados ou leitura crítica do material a ser analisado com base no clima de opinião.
- c) **Escolha das fontes:**
 - Primárias:** possibilitadoras do desenvolvimento dos passos investigativos
 - Secundárias:** concebidas como informações sobre o documento sob estudo**Natureza da obra:**
 - Metalinguística:** apresentação de conhecimentos linguísticos sobre a língua
 - Não metalinguística:** apresentação de possibilidades de estudo da língua em um dado momento

- d) **Dimensões da investigação:**
 - Cognitiva:** de caráter interno, tendo como foco as linhas teóricas e metodológicas que embasaram o documento estudado
 - Social:** de caráter externo, objetivando alcançar os aspectos sociais relacionados à pesquisa
- e) **CrITÉRIOS de análise:** determinação de categorias, entendidas como os aspectos salientes na obra e reveladores de um ponto de vista que a alicerça e que pode manifestar-se nos mais diversos níveis linguísticos, apontando uma “crença em” (Cf. BASTOS e PALMA, 2004).

Esses procedimentos metodológicos têm sido observados nos trabalhos realizados pelo Grupo e foram aplicados nesta investigação. Assim, a fonte primária deste estudo é a obra *Fatos de Linguagem*, de Mario Barreto em sua 3ª edição *fac-similar, reproduzida da 1ª edição*, de 1916, datada de 1982. Sua natureza é metalinguística por apresentar um conjunto de reflexões sobre o funcionamento da Língua Portuguesa de acordo com o ponto de vista de seu autor. De sua leitura minuciosa, com base nos objetivos propostos, emergiram as seguintes categorias de análise: o *Ádito da 1ª edição*, a estrutura da obra, a estrutura dos capítulos, questões sintáticas que foram escolhidas pelo seu caráter polêmico, tais como, a variedade de regime de muitos verbos como característica da Língua Portuguesa, o uso do pronome átono e a concordância de um substantivo qualificado por dois adjetivos e o conceito de ortografia. Quanto à dimensão interna, verificamos a metodologia de construção dos assuntos apresentados e também as linhas teóricas que fundamentam a discussão dos temas linguísticos. Quanto à interna, constatamos as influências das ideias vigentes no momento da produção da obra no conteúdo dela.

2. A República Velha e seu clima de opinião

Nesta parte, descrevemos, brevemente, as principais linhas de pensamento que circulavam na sociedade brasileira no campo da política, da economia, da educação e da linguística, desenhando, dessa forma, o espírito de época ou clima de opinião, ou seja, o contexto em que a obra foi produzida.

2.1 A República Velha: breves considerações sobre os aspectos políticos e econômicos

A República Velha, que abrange o período de 1889 a 1930, trouxe ao país uma nova configuração. Com a queda da Monarquia e o poder na mão dos

militares, o que se tinha era um contexto, segundo os historiadores, que “não trouxe transformações econômicas, sociais ou políticas radicais, nem marcou o ingresso do Brasil no concerto das nações civilizadas” (PATTO, 1999,)³. O proclamador da república, Marechal Deodoro da Fonseca, renunciou ao poder em 1891, tendo Floriano Peixoto assumido o cargo de presidente:

Inspirados no Positivismo, os tenentes declararam-se “soldados-cidadãos”, rebelaram-se contra o governo federal e queriam salvar o país, pondo-o no rumo do progresso técnico e industrial. Fiéis à ideologia das Forças Armadas, queriam um Executivo forte, eram contrários à idéia de federação e “não acreditavam que o ‘liberalismo autêntico’ fosse o caminho para a recuperação do país. Faziam restrições às eleições diretas, ao sufrágio universal, insinuando a crença em uma via autoritária para a reforma do Estado e da sociedade”. Quando se referiam às massas, era para declará-las incapazes de contestação eficaz e assim justificar uma postura tutelar que encobria o objetivo de impedir a ação política direta do povo. (PATTO, 1999)

Em termos políticos e econômicos, tem-se a dimensão de que a proclamação da República foi um movimento que se organizou a partir de interesses rigidamente pelas oligarquias rurais, cujo poder estava nas mãos dos “barões do café”, representado na aliança entre os partidos republicanos paulista e mineiro, denominada “política do café-com-leite”. Nesse contexto, o coronelismo delineou uma “estrutura econômica e social ainda atrasada”, marcada pela troca de favores entre o poder público e os proprietários de terras, tidos como os chefes de suas localidades. (SAVIANI, 2007, p. 188-189). Sendo assim, segundo Batista (2007) era no meio rural que o coronel encontrava o alicerce para alcançar o domínio político, já que o camponês vivia na mais completa ignorância, miséria e abandono. A grande massa trabalhadora tinha no coronel seu modelo: homem rico e próspero, capaz de ajudá-la em qualquer situação, daí a luta com e pelo coronel.

Nesse contexto, é possível dizer que o Brasil da Primeira República dava seus primeiros passos em termos de industrialização, já que ainda preso ao coronelismo, 69.7% da população economicamente ativa dedicava-se à agricultura, 16.5% ao setor de serviços e 13.8% à indústria, de acordo com o Censo de 1920. Esse quadro não se alterou significativamente até 1930.

3 Este artigo está publicado na íntegra no link http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141999000100017&script=sci_arttext e não contém número de páginas.

Sobre isso, Patto (1999) afirma :

Mesmo assim, o crescimento da indústria nesse período não pode ser subestimado: fábricas de médio e de grande porte de fiação e tecelagem, bebidas, roupas, sapatos e alimentos, instaladas no Rio e em São Paulo desde o começo do século, empregavam um número crescente de operários e submetiam homens, mulheres e crianças a condições desumanas de trabalho. Segundo Fausto, ao reestruturar as relações de trabalho por meio do colonato e do proletariado urbano, a burguesia cafeeira ampliou a base da pirâmide social e criou condições para o surgimento de questões sociais inéditas no campo e na cidade que teve de enfrentar: no período de 1917 a 1921, os pequenos jornais libertários registravam inúmeros episódios de resistência em fábricas paulistas que muitas vezes não tinham a visibilidade social dos movimentos grevistas, como *operações-tartaruga* e destruição de matéria-prima, de máquinas e de prédios, no caso de operários da construção (12)⁴. Além das greves e dos movimentos organizados das classes populares contra a inflação, a criminalidade crescia nas cidades maiores. E o fato a ser sublinhado é a frequência com que se recorreu à violência física para fazer frente a todas essas manifestações.

Diante dessa afirmação, percebemos um Brasil de contrastes que obedece aos grandes latifundiários no campo e institui a pirâmide social nos grandes centros urbanos, realidade ainda presente no século XXI. Apresentadas brevemente as questões políticas e econômicas que acompanharam a implementação da República Velha no final do século XIX, passamos a abordar as questões educacionais do período.

2.2 A República Velha: breves considerações sobre o contexto educacional

Para compreendermos os caminhos da Educação no Brasil republicano, voltamos nosso olhar para as primeiras incursões da Filosofia Positivista no país, tendo como seu maior representante Benjamin Constant, militar, indicado como primeiro ministro responsável pelas questões educacionais no Ministério da Instrução Pública e dos Correios e Telégrafos.

Influenciado pelas ideias de Comte, que pregava a laicidade do ensino

4 Rago, M. Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, p. 27-31. (in PATTO, 1999 no link http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141999000100017&script=sci_arttext), acessado em 17 de jul. 2015.

contra a dominação do clero na escola, Constant instituiu a reforma dos ensinos primário e secundário que, limitada ao Distrito Federal, poderia ser referência para a organização do ensino nos estados. De acordo com Palma Filho (2005, p. 2),

Os princípios orientadores da reforma eram: liberdade e laicidade do ensino e gratuidade da escola primária. A organização escolar estruturava-se da seguinte forma:

a) escola primária organizada em dois ciclos: 1º grau para crianças de 7 a 13 anos; 2º grau para crianças de 13 a 15 anos;

b) escola secundária com duração de 7 anos;

c) ensino superior reestruturado: politécnico, de direito, de medicina e militar.

Segundo o autor, ao tratar da escola secundária, Benjamin Constant manteve o estudo de Latim e de Grego, considerada parte tradicional do currículo, acrescentando o estudo das ciências fundamentais ao longo de sete anos, cuja lógica seguia a classificação de Comte. Dessa feita, assim se estruturava o ensino secundário:

1º ano – aritmética (estudo completo) e álgebra elementar (estudo completo);

2º ano – geometria preliminar, trigonometria retilínea e geometria espacial;

3º ano – geometria geral e seu complemento algébrico, cálculo diferencial e integral (limitado ao conhecimento das teorias rigorosamente indispensáveis ao estudo da mecânica geral propriamente dita);

4º ano – mecânica geral;

5º ano – física geral e química geral;

6º ano – biologia;

7º ano – sociologia e moral, e noções de direito pátrio e de economia política.

O caráter enciclopédico do currículo delineou-se com o ensino de Língua Portuguesa e de Geografia nos dois anos iniciais; o ensino de língua estrangeira, quais sejam, Alemão e Inglês, dava-se do 3º ao 5º ano; Latim e Francês eram

ensinados nos 3 primeiros anos e o ensino do Grego era ministrado no 4º e 5º anos; os estudos de Zoologia, Botânica, Meteorologia, Mineralogia, Geologia e História Natural aconteciam no 6º ano; ao 7º ano estavam reservados os ensinamentos de História do Brasil e de Literatura Nacional. Além de todo esse conteúdo, havia ainda os estudos de desenho, de música e da prática de ginástica nos quatro primeiros anos. À parte do ensino de todas essas disciplinas, previa-se, ainda, a revisão de todas as matérias anteriormente estudadas que, no 7º ano, ocuparia a maior parte do horário escolar.

Como era de se esperar, essa organização curricular, proposta por Benjamin Constant nem chegou a ser implantada, dado o altíssimo grau de intelectualidade que excedia a “capacidade de aprendizagem dos adolescentes”, segundo Palma Filho (2005, p. 3), sendo revogada no primeiro ano de sua implementação. (SILVA, 1969⁵, p. 222, *apud* PALMA FILHO, 2005, p. 3).

Em relação ao ensino superior, percebe-se em Benjamin Constant a intenção de ampliar o acesso dos jovens por meio da legalização da concessão de diplomas às escolas particulares, com o mesmo valor das instituições federais, já que, segundo Cunha (1986, p. 155, *in* PALMA FILHO, 2005, p. 2),

Em dois de janeiro de 1891, foram publicados dois decretos com providências nesta direção. O decreto 1.232-G criava o Conselho de Instrução Superior com a competência para aprovar os programas de ensino das escolas federais, e das que lhes fossem equiparadas; de propor ao Governo Federal, os regulamentos para a inspeção dos estabelecimentos federais e das faculdades livres.

O decreto 1.232-H determinava novo regulamento para as faculdades de Direito existentes no país - a de São Paulo (Largo de São Francisco) e de Recife/Olinda -, ainda, permitia aos governos estaduais e aos particulares a fundação de escolas de Direito. Os diplomas expedidos por estas instituições teriam o mesmo valor daqueles expedidos pelas duas faculdades oficiais, desde que incluíssem nos currículos as mesmas disciplinas presentes no currículo das oficiais, se submetessem à inspeção periódica e seus exames fossem assistidos por representantes do Conselho Superior.

É importante destacarmos que, nessa época, a escola era frequentada,

5 SILVA, Geraldo Bastos. *A educação secundária: perspectiva histórica e teoria*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969 (Atualidades Pedagógicas, vol. 94).

prioritariamente, por alunos da elite social, que dominavam a mesma norma culta de seus professores, sendo ela o objeto de ensino da Língua Portuguesa. Na sala de aula, liam-se e discutiam-se textos literários de conceituados autores portugueses e brasileiros e as questões linguísticas eram estudadas com base nas construções desses escritores. Priorizava-se, assim, a Gramática Normativa como recurso didático para o ensino do bem falar e do bem escrever, nas quais os fatos de língua eram interpretados, nos compêndios gramaticais, de forma pessoal pelos autores, atitude que recebeu severas críticas de Silva Jardim como se verá no *Ádito* da obra de Barreto.

É ilustrativo dessa forma de ensino o Programa de Ensino do Português, de 1914, para os três anos do Curso Secundário do Ginásio Nacional /Colégio Pedro II (SOUZA, 1999, p. 202), que previa o seguinte:

Parte pratica: Analyse syntactica, etymologica e litteraria de escriptores de nota, assim portuguezese como brasileiros. Exercicios de composição da lavra própria dos alumnos, mas sobre assumpto designado pelo professor. Apreciação do estylo de poetas e prosadores importantes e biographia dos grandes patriotas.

Assim, apresentadas as breves considerações sobre o contexto educacional na República Velha, tratamos, a seguir, das correntes linguísticas desse período que influenciaram a obra de Mario Barreto, *Fatos da Língua Portuguesa*, nosso objeto de estudo.

2.3 A República Velha: breves considerações sobre as correntes linguísticas

Para compreendermos a dimensão interna da obra em análise, trazemos à luz o clima de opinião, agora numa perspectiva linguística, a fim de contextualizarmos a referida obra e sua importância para os estudos de Língua Portuguesa.

Segundo CAVALIERE (2001, p. 49), é de grande relevância trazer a público os estudos filológicos e linguísticos “produzidos no cenário acadêmico brasileiro, das origens aos nossos dias”, no entanto, neste trabalho, tratamos, especificamente do período que abrange a República Velha que vai de 1889 a 1930.

O percurso histórico das correntes linguísticas, - e incluem-se aí os estudos filológicos - remetem-nos a dois grandes estudiosos da Língua Portuguesa, segundo o autor. São eles Antenor Nascentes e Silvio Edmundo Elia. O primeiro apresenta três períodos distintos:

o **período embrionário**, que vai dos tempos em que começou a cultura brasileira até 1834, data da publicação do compêndio *Gramática da língua nacional*, de Pereira Coruja; o **período empírico**, que vai dessa data até a publicação da *Gramática portuguesa* de Júlio Ribeiro em 1881, com acentuada tendência histórica; e o **período gramatical**, que vai de Júlio Ribeiro até 1939, ano em que se funda a Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil. (CAVALIERE, 2001, p. 50)

Silvio Elia, por sua vez, apresenta-nos dois períodos e assim os denomina “período vernaculista e período científico”. O período vernaculista está relacionado ao advento literário do Romantismo, que vai de 1836 a 1881, momento em que não havia a tarefa instituída da descrição gramatical, mas a preocupação com o bem-falar, traduzido em dois movimentos: um que defendia a tradição lusitana, atrelada ao movimento romântico em Portugal, e outro que trazia à luz o sentimento nacionalista da língua, tendo em José de Alencar o seu representante máximo. Sautchuk (2002, p. 2) destaca que

Alencar teve associada a seu nome e a boa parte de sua obra a referência constante à luta para afastar alguns aspectos de sua linguagem literária dos padrões portugueses. Esse seu esforço foi extremamente criticado na época, o que custou ao romancista a necessidade de páginas e páginas de justificações (*sic*) e de defesa de sua atitude.

Era seu objetivo, inclusive, deixar firmados de forma orgânica alguns princípios que nortearam a defesa de suas supostas incorreções e que poderia vir a ser um conjunto de comentários efetivamente realizados sobre um português transformado no Brasil. Tal objetivo, porém, jamais se consolidou, apesar de o autor ter apontado no *post-scriptum* de *Iracema* que pretendia fazer “um estudo sobre a índole da língua portuguesa” (Alencar, 1958), deixando apenas um esboço de roteiro, como plano ambicioso de uma revisão lingüística e literária da língua nacional.

O segundo período, denominado científico, de acordo com Silvio Elia, segundo CAVALIERE (2001), apresenta-se em duas fases que abrangem de 1880 a 1900, quando surgem novos métodos de investigação de ordem filológica, e a segunda que vai de 1900 a 1960, em uma dimensão maior de tempo em que, conforme o autor (p. 51), Silvio Elia não privilegia a contribuição de Joaquim Mattoso Câmara Jr. para os estudos linguísticos, cuja rota seria profundamente alterada a partir do novo paradigma por ele defendido.

De todo modo, o que se vê, nesse momento é uma ênfase maior nos estudos filológicos, tanto que o próprio MATTOSO CÂMARA (1968, p. 25) apresenta ideias pontuais acerca dos filólogos mais relevantes na obra *Os Estudos de Português no Brasil*, atribuindo a Mário Barreto o valor “lusitano” da “língua literária do Brasil” identificada “com a de Portugal, considerada preferentemente em seus padrões clássicos”. Nesse sentido, percebe-se, então, que o grande linguista trouxe à baila, a dimensão contextual dos estudos filológicos que orientariam a obra de Mário Barreto. Afirma MATTOSO CÂMARA (1968, p. 26):

Intimamente associado à escola filológica do português europeu, criou um conceito de duas faces, por assim dizer. De um lado, quer uma coerência do presente com as linhas do desenvolvimento histórico da língua, que aquela escola depreendia em termos neogramáticos. De outro lado, numa contradição implícita, vê nos monumentos clássicos um modelo perene. E, o que é pior, nesta última atitude se orienta por CÂNDIDO DE FIGUEIREDO, que é um praxista apenas, à margem dos grandes filólogos surgidos na esteira de ADOLFO COELHO. Como CÂNDIDO DE FIGUEIREDO, escreve na imprensa diária, procurando um contacto intenso com o grande público. Da sua ação emerge um ideal de normalização rígida da língua literária, praticamente dissociada da realidade oral, e um purismo que não faz a mínima concessão ao uso corrente.

Sabemos que a periodização dos estudos sobre o Português não é consensual e o trabalho de Guimarães (2004) mostra essa diferença. Ele propõe quatro períodos tendo como base “acontecimentos institucionais decisivos no andamento dos estudos sobre o português e sobre a língua no Brasil.” (p.27)

Dessa divisão interessa-nos o segundo período (1881- 1933), em que ele considera haver estudos do português no Brasil, que revelam “posições purista e de unidade da língua em Portugal e no Brasil” (p.28) Mário Barreto faz parte desse período e sobre ele assim se manifesta Guimarães:

... mesmo defendendo uma posição normativa, se opõe ao que considera excesso dos puristas, tal como o que se apresentava em colunas dos jornais da época. Entre os colonistas a que se opõe está Cândido de Figueiredo... (p.30)

Assim, podemos dizer que frente ao clima de opinião aqui apresentado, torna-se possível compreender a dimensão interna da obra *Fatos da Língua*

Portuguesa de Mário Barreto, sobre a qual lançamos um olhar cuidadoso.

3. A análise da obra

Antes de iniciarmos a análise, fazemos breves considerações sobre a vida e a obra de Mario Barreto, objetivando apresentá-lo para o leitor. Na sequência, apresentamos a estrutura do livro e de seus capítulos, para, por fim, tratarmos do Ádito e das questões linguísticas.

3.1 Mário Barreto: vida e obra

Mário Castelo Branco Barreto, nasceu em 17 de março de 1879, no Rio de Janeiro e faleceu em 9 de setembro de 1931 na mesma cidade. Era filho de Fausto Carlos Barreto e de Ana Castelo Branco Barreto. Fez seus estudos no Colégio Militar e bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1902. Profissionalmente, foi filólogo, atuação sustentada por sua sólida formação filológica, de base românica, que lhe possibilitou tratar com segurança fatos relacionados com o francês, o espanhol e o italiano. Foi ainda Catedrático da cadeira de Português do Colégio Pedro II, além de colaborador em vários jornais do Rio e em revistas nacionais, respondendo a questões sobre linguagem enviadas por leitores de diferentes regiões do Brasil.

Sua obra compõe-se de diversos títulos, a saber: *Estudos da Língua Portuguesa* (1903), prefaciado por João Ribeiro; *Novos Estudos da Língua Portuguesa* (1911); *Novíssimos Estudos da Língua Portuguesa* (1914); *Fatos da Língua Portuguesa* (1916), prefaciado por Silva Ramos; *De Gramática e de Linguagem* (1922), coletânea de artigos publicados na Revista de Língua Portuguesa; *Através do Dicionário e da Gramática* (1927), respostas dadas a questões enviadas aos leitores da *Revista de Filologia Portuguesa*, após a morte do filólogo Sílvio de Almeida em 1924 e *Últimos Estudos* (1944), publicação póstuma, organizada por Candido Jucá, que reuniu os artigos publicados na *Revista de Cultura*, em *O País* e no *Correio da Manhã*. *Cartas Persas*, tradução e anotação da obra de Montesquieu (1923). É preciso citar também o *Índice Alfabético e Crítico da Obra de Mário Barreto, organizado por Cândido Jucá, publicado em 1981, pela Fundação Casa de Rui Barbosa*.

Podemos dizer ainda, sobre ele, que foi o exemplo de seu pai que o levou a sua inclinação para os estudos da língua. Segundo João Alves Pereira Penha (2002, p.50), “E Fausto Barreto reconheceu o valor do filho. Pois indagado sobre qual seria a sua obra-prima, respondeu prontamente: Mário Barreto.”

Assim se manifesta Silva Ramos, prefaciador da obra de Barreto sobre seu autor:

E, para concluir, numa palavra; o principal factor da minha acentuada simpatia pelo eminente professor do Colégio Militar e pela sua obra é a consideração que, sem embargo da diferença de idades, consentimos duplamente, no processo de estudo como aprendizes, e no método de ensino como profissionais; o que não sei em qual de nós dois mais se deva admirar, se nele, se em mim; pois, quando discorremos por estes assuntos, nem eu tenho caturrices de velho, nem êle⁶ verduras de rapaz.

Não me retirarei, sem me gratular com o abalisado filólogo pela obra aqui lançada, a cujo átrio me vai ser dado repetir a quem for entrando o que um a outro sugerimos, quando nos vemos sós por sós. (BARRETO, 1982, p. XVIII)

3.2 Estrutura da obra e dos capítulos

Do ponto de vista de sua estrutura, o livro organiza-se em 21 capítulos, além do Ádito da 1ª edição. Do primeiro ao décimo quinto, são abordadas questões gramaticais das mais diversas naturezas, que passam pela regência verbal, pelo uso das formas verbais como “*preferir a e preferir que*”, pelo uso de galicismos, pela formação de palavras, pela análise lógica, pelo emprego do anacoluto pleonástico, pelas formas simétricas, pela variedade de regime de muitos verbos, pelas vozes de aspecto enganoso, pela influência popular e literária, pela necessidade do Latim para conhecimento do nosso vocabulário, pelos neologismos, pela acumulação de negações, por questões de concordância, pelo uso do genitivo, pelo complemento partitivo, pela etimologia popular, entre muitos outros assuntos.

Do décimo sexto ao décimo oitavo, são apresentadas “Breves Anotações a Trechos do Respeitável Clássico Frei Luís de Sousa”, nas quais Mário pinça questões linguísticas e aprofunda a sua análise, sempre tomando como referência autores da literatura clássica portuguesa e a língua latina como referência para a sua análise filológica.

Do décimo nono ao vigésimo primeiro capítulos é tratada a Reforma da Ortografia de 1911, respondendo a perguntas dos leitores e discutindo diferentes aspectos relativos a esse tema.

6 Nas citações, mantivemos a ortografia original do texto citado.

Essa diversidade de temas abordados em cada unidade mostra-nos não só a versatilidade de Barreto sobre problemas relacionados à Língua Portuguesa mas também o seu domínio dos conhecimentos necessários no tratamento dos assuntos selecionados em cada unidade. Acrescente-se a esses dois aspectos, a concepção de Língua Portuguesa defendida na obra, como mostra o exemplo:

Nota que, na lista que tecemos de galicismos no emprêgo da partícula A, falta *máquina*, ou *navio a vapor*.

É um galicismo, sem dúvida nenhuma; *un bateau à vapeur, moulin à vent*. A construção correcta e castiça é pôr a preposição *de* onde há *a*: *barco de vela, barco de vapor, paquete de vapor, máquinas de vapor, moinho de vento*. Que a construção castiça pede *de*, e não *a*, basta a prová-lo o exemplo de Herculano no *Monge de Cister*, t.I, cap. XI, pág.187: “Já daqui se conhece que se o nosso decretalista houvera vivido nos princípios do século XVI ou nos fins do XVIII, não teria sido Pedro Nunes o inventor do nónio ou Watt o das *máquinas de vapor* “ Mas tão vista, tão ouvida e tão comum é tal construção *navio a vapor*, que por fim havemos de costumar-nos a ela, e já a empregaram o Garrett e o Camilo... (BARRETO, 1982, P.21-22) (Grifos nossos)

Assim, ele defende o purismo e a norma culta lusitanos, criticando as construções brasileiras que estavam incorporadas na fala e na escrita do povo brasileiro, como representativas do idioma de uma outra nação. Só cede a elas a contragosto, porque conceituados autores portugueses já haviam utilizado essas formas linguísticas.

Quanto aos capítulos, eles são de variada extensão. Assim, o quarto capítulo apresenta 08 itens, o quinto traz 09 tópicos, o oitavo, 06 e o décimo nono capítulo, 01 item. Além disso, trazem variedade de conteúdos como se pode verificar no **Capítulo IV**⁷: — Entenebrar e entenebrece⁸, formas simétricas - Eclecticismo e eclectismo: haplologia de sílabas – Compostos com *filo, mania, fobia*: pouco importa que o radical nada tenha de comum com o

7 Na análise, quando necessário, fazemos aproximações das questões discutidas com propostas de autores do século XX, aplicando, assim, o Princípio da Adequação Teórica.

8 Entenebrar e entenebrece significam enublar, escurecer, obscurecer. Essas duas formas estão registradas no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa e no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. No Aurélio, encontramos somente a forma “entenebrece”. Para Barretos, elas são sinônimas.

grego – Variedade de regimen que oferecem muitos verbos – ligeira anfibologia – *Devo-me ir daqui*, ou *devo ir-me* – Anteposição do pronome oblíquo no imperativo – Concordância de um substantivo qualificado por dois adjetivos ou no **Capítulo XIV**: - O complemento partitivo - A forma *como a*, aplicada ao sujeito da oração – Neto e nítido – O radical *ang* muito empregado nas línguas indo-europeas, tanto no sentido próprio como no figurado – Esquinência⁹ – Angúrria¹⁰ – Secretar¹¹ ou no **Capítulo XIX**, cujo foco exclusivo é a Reforma Ortográfica.

Na exposição dos temas, Barreto segue sempre o mesmo modelo iniciando pela introdução da questão a ser discutida, seguida da apresentação de exemplos que contrariam o questionamento feito, continuada pela Introdução do conceito e finalizada pelo reforço do ponto de vista com novos exemplos. É importante destacar que, na discussão de questões lexicais, ele seleciona com frequência palavras de caráter erudito que eram utilizadas pelos falantes naquele momento, mas que, atualmente, não são de uso corrente, nem são do conhecimento dos usuários do Português Brasileiro, conforme demonstram as notas 8 e 9.

3.3 Análise do *Ádito*

O *Ádito* é o texto de abertura da obra e recebe esse nome por ser o umbral ou limiar pelo qual o leitor adentra no texto. Ele está assinado por Silva Ramos,

9 Esse termo, no Houaiss, significa angina e, no Aurélio, registrada como esquinância, significa amigdalite. O Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa traz a forma “esquinência”. Barretos atribui a essa palavra o sentido de “angina” que é “tudo o que aperta o peito, resultando daí certa angústia.” (p.187). Discute a sua origem da “raiz ária *ang* que “leva em si a idea de apertar, oprimir, estreitar”, da qual “se formaram *angina, angústia, e o adjetivo angusto*” (p.187)

10 Quanto a angúrria ou angúria, palavra encontrada em Frei Luís de Sousa, afirma ser um substantivo com o sentido de “dificuldade de urinar”, sendo o seu radical o mesmo de angina. O Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa registra o substantivo angúrria, o adjetivo angurriado e o verbo angurriar-se. No Aurélio, encontra-se angurriado com o sentidos de acabrunhado e de angustiado. Já no Houaiss, estão registrados os adjetivos angurmento e angurriado, significando desanimado, angustiado, aborrecido e tristonho, além do verbo angurriar-se com o significados de entristecer-se aborrecer-se e acabrunhar-se.

11 Em relação a esse verbo, o autor faz severas críticas aos “médicos e outros homens de ciência”(p188) que empregavam essa forma verbal em lugar de segregar, que, para Barreto, seria a forma correta em “boa língua pátria”.(p188) Considera “secretar” “verbo irracional e bárbaro”, Afirma que “*Segregar* é que se diz (*segregar bile*, v. gr.): prende-se, assim, como *agregar*; à palavra latina *gregem*, rebanho, e contém o sobredito prefixo *se*. *Segregar*, separar da massa”.(p. 188) Consultando dois de nossos dicionários atuais, constatamos que sua proposta não teve sucesso, pois eles registram a forma “secretar” como sinônima de “segregar”, mas com o sentido de produzir excreção, expelir, parecendo-nos ser essa a forma mais usual no Português Brasileiro.

filólogo e professor do Colégio Pedro II, que também faz parte, na concepção de Guimarães (2004), do segundo grupo de especialistas, que, no Brasil, dedicaram-se ao estudo do Português e que mantiveram “posições puristas e de unidade da língua em Portugal e no Brasil.” (p. 28) Para Cavaliere (2001), tanto Silva Ramos quanto Mário Barreto fazem parte da fase legatária dos estudos sobre o Português, integrante do período científico dos estudos linguísticos brasileiros, grupo que recebeu influências da filologia de Diez e de Meyer-Lübke e que foi inspirado pela “geração de ouro” da filologia de Portugal. Segundo esse autor,

... o pesquisador ou filólogo ocupa-se essencialmente com o fato em língua vernácula, pautado por minuciosa etimologia e pelo comparativismo típico da romanística europeia, no intuito de privilegiar as formas gramaticais mais fidedignas em face da tradição vernácula e da origem clássica. Um traço particular dessa fase, ademais, diz respeito ao uso de *corpus* eminentemente literário, em que dominavam os clássicos portugueses, para abonar teses sobre construções vernáculas contraditórias. (CAVALIERE, 2001, p.61)

O texto introdutório estrutura-se em quatro partes. Na primeira, Silva Ramos discorre sobre a distinção do convite recebido para prefaciar a obra e sobre sua dificuldade em recusar esse pedido, por causa de sua “fraca autoridade” para essa tarefa, diante da de João Ribeiro, que assinou o prefácio de *Estudos da Língua Portuguesa* e, também, por causa do nome consagrado de Barreto já naquele momento, fato que determinou sua aprovação por unanimidade pela Congregação do Colégio Pedro II, no concurso para professor substituto da Cadeira de Português. Finalmente, ele expressa seu temor de que seja interpretado, como falta de confiança do autor em sua obra, o pedido de redação do Prefácio a um colega que muito o estima.

A resposta de Mário foi a seguinte:

— De modo nenhum; —replicou-me, — move-me não sòmente o desejo de ver o meu nome em obra minha, para a par, com um confrade que nunca deixou de me acoroçar, a partir dos meus primeiros ensaios, e que, a cada artigo meu publicado nas folhas e revistas, me avigorava o empreendimento, a augurar-me bom êxito, mas ainda a vontade de que ali fiquem registrados alguns conceitos concernentes ao estudo racional da nossa língua, formulados em cartas suas, e que, dada a repugnância do meu amigo á publicidade, ninguém leria jamais.

Diante desses argumentos, Silva Jardim aceita o convite e redige o Prefácio.

A 2ª parte traz uma apreciação da obra. Ela inicia-se com uma sequência de perguntas como “Que direi, entretanto, da presente obra, como das anteriormente publicadas pelo autor, que o teor da cada uma não proclame por si mesmo?” (p.VI) Para responder a essa questão, faz referência aos Novíssimos Estudos em cuja advertência Mário expõe a razão de ser de obras da natureza do seu trabalho, as quais, segundo Silva Ramos, “são para louvar”, apresentando, a seguir, a razão do valor desse tipo de trabalho:

“É que ninguém já agora acredita que se adquira o conhecimento de uma língua com o folhear algumas gramáticas. Daí o descrédito em que teem caído êsses còdigozinhos de bem falar e a intenção depreciativa dada ao epíteto gramaticógrafo.” (p.VI)

Na sequência, pergunta de onde se originou a “desvalia” da gramática. Responde a essa questão com os seguintes argumentos: a) As verdadeiras dificuldades da língua não são resolvidas pela teoria e b) A dupla segregação dos gramáticos deve-se ao afastamento “da língua viva, da língua do tráfego diário, impossível de abranger nas suas infinitas modalidades” (p.VI) e ao afastamento da ciência da linguagem cujas leis parecem desconhecer e cujos princípios, com prazer, desdenham, resultando, dada a contradição entre os dois aspectos destacados, que, no esclarecimento de dúvidas, cada gramático responde de acordo com seu ponto de vista, o que transforma as obras gramaticais em um “corpo de doutrina inconsistente, sem base sólida na natureza, incapaz, por consequência, de se impor.” (p. VI-VII)

Dá sequência a essa parte apresentando várias questões linguísticas que as gramáticas não conseguem explicar como o reconhecimento de um verbo ativo pedir objeto direto ou indireto, somente pelo sentido do verbo, o uso dos pronomes átonos, a sintaxe de concordância e o uso do infinitivo pessoal e impessoal, entre outros. Sobre esse último assim se manifesta, após indagar se os falantes algum vez hesitaram no emprego dessas formas:

Se não obstante a dificuldade da lição teórica, aquelas instruções estivessem certas...Mas basta saber-se como foram condenados, sem apêlo nem agravo, Camões, Fernão Mendes, Jorge Ferreira, pelo *mau* emprêgo daquelas formas, para concluir a inanidade de tais preceitos. (P.VIII)

Na 3ª parte, justifica o valor da obra de Mário Barreto com os seguintes argumentos:

- presença marcante de fraseologia vernácula proveniente das fontes clássicas;
- confirmação pela abundância de citações das tendências da língua, no que se refere à concordância, à regência, à construção, à modulação, à cadência e ao “boleio” da frase, que são confirmadas pelos princípios da ciência da linguagem;
- explicações de “desvios aparentes das leis dominadoras dos factos” explicados pela ação de outras leis intercorrentes, não sendo classificados como exceções, “deplorável expressão da disciplina gramatical, como se a leis naturais pudesse haver exceções” (p. XVII)
- Estudo de anomalias na frase de acordo com os princípios da linguística, sobretudo da fonética sintática, de Brugmann e em “harmonia com o sentimento do escritor”. (p.XVII)

Na 4ª parte, ele encerra seu prefácio com estas palavras:

E, para concluir, numa palavra: o principal factor da minha acentuada simpatia pelo eminente professor do Colégio Militar e pela sua obra é a consideração de que, sem embargo da diferença de idades, consentimos duplamente, no processo de estudo como aprendizes, e no método de ensino como profissionais; o que não sei em qual de nós dois mais se deva admirar, se nele, se em mim; pois, quando discorrems por estes assuntos, nem eu tenho caturrices de velho, nem êle verduras de rapaz. (p. XVIII)

O aspecto relevante a ser destacado nesse Ádito, além dos vários elogios feitos ao autor de *Fatos da Língua Portuguesa*, título, aliás que mostra o engajamento de Barreto na Filologia brasileira daquele momento, é o repúdio que o prefaciador faz à gramática normativa e também ao seu afastamento da língua viva, de uso corrente nas trocas comunicativas do dia-a-dia. Essa posição contrasta com a de Mário Barreto que, fiel aos princípios da Filologia, utiliza como parâmetro para suas análises e críticas a língua literária de Portugal.

3.4 Análise do capítulo IV

Nesse capítulo, o autor pontua a variedade de regime de muitos verbos, considerando esse aspecto típico da Língua Portuguesa. Destaca os **verbos que**

apresentam dupla possibilidade de construção: “ora com acusativo de pessoa, ora com acusativo de coisa, de maneira que o nome da pessoas irá muitas vezes em acusativo e outras em dativo.” (p.75) Nesse caso, está o verbo ensinar que permite construções como “ensinei-o a ler” e “ensinei-lhe a leitura”. (p. 76) Afirma que fazem parte desse grupo os verbos aconselhar e implorar. Os exemplos propostos são abonados não só por estudiosos da língua, como Epifânio, mas também por grandes literatos como Camilo Castelo Branco, Padre Vieira, Júlio Dinis, Machado de Assis, entre outros. É importante notar que, apesar de serem minoria, são citados alguns autores brasileiros, como José de Alencar, Machado de Assis e Sílvio Romero.

Deve-se observar que, nos exemplos apresentados, embora haja mudança de regência não muda o sentido do verbo. Há verbos que, atualmente, conservam essa característica, como esquecer, obedecer, perdoar etc. Consultando-se Cunha e Cintra (1985), verificamos que eles mostram casos em que a mudança de regência do verbo “ensinar” implica alteração de sentido, como em “A tarimba é que viria **ensiná-lo**” (Machado de Assis, OC, II, 482) (p. 512) e “Era seu luxo montá-lo na vila, exibindo-se e, dias de feira no apuro da maestria com que o **mandava ensinar**. (Alves Redol, MB, 263) (p. 512), nos quais o verbo ensinar significa castigar, bater, adestrar, amestrar e educar. Assim, podemos afirmar que essa dupla possibilidade de construção persiste no Português atual, mas, na maioria dos casos, como abraçar, aspirar, casar, chamar, interessar, informar e muitos outros, ao mudar a regência, há mudança de sentido. Os autores chamam a atenção ainda para o uso atual desse verbo: sua construção, de preferência, é realizada com objeto direto de coisa e indireto de pessoa.

Outra questão sintática discutida nesse capítulo trata do uso do pronome átono. Na **Discussão sobre a posição do pronome átono em construções** perifrásticas com os verbos poder, ir, querer e dever na função de verbos auxiliares, seguidos de um verbo principal, ensina Barreto que o pronome deve preceder o auxiliar (determinante) ou unir-se à sua terminação: “Se a quiseres ver, há de ir a casa de meu pai.” (p.78) “Queriam-me enganar.” Diz Mário que “Esta construção é até mais fluente e familiar. A outra em que o pronome se pospõe ao infinitivo, do qual êle é objecto directo ou indirecto, é enfática: Não desejo ver-te; tu queres vingar-te; eu não tornei a vê-lo; não posso vencer-me...” (p.78)

Ele chama ainda a atenção para o fato de o brasileiro preferir intercalar o pronome entre os dois verbos, como em “êle não quer me ofender, eu não posso me vestir, posso te fazer um favor.” (p.79) O português diria: “êle não me quer ofender, ou não quer ofender-me, eu não me posso vestir ou não posso vestir-me, posso-te fazer ou posso fazer-te um favor, quero-te ver ou quero

ver-te.” (p. 79) É esclarecido pelo autor que os exemplos foram colhidos em *Cantos populares do Brasil*, coligidos por Sílvio Romero. (p. 79)

Propõe, com base em Said Ali, que essa questão não pode ser resolvida pela sintaxe, mas, sim, pela fonética e cita Silva Ramos que diz que o “fenômeno (a colocação dos casos oblíquos do pronome pessoal) é meramente de som, daquela fonética sintáctica de que fala Brugmann, que considera a frase como uma unidade fonética completa em si mesma.” (p. 80)

Sobre a colocação do pronome átono em locuções verbais, no tópico **A Colocação dos Pronomes Átonos no Brasil**, Cunha e Cintra destacam a preferência pela próclise ao verbo principal nessas construções, como em “Será que o pai **não ia se dar** ao respeito” (Autran Dourado, AS, 68) e “Tudo **ia se escurecendo**.” (José Lins do Rego, U, 338), confirmando-se, portanto, no uso brasileiro, a preferência apontada por Barreto em 1916.

Outro tema sintático que escolhemos para este trabalho é a **Concordância de um substantivo qualificado por dois adjetivos**, em que se discute a concordância de um substantivo plural com dois adjetivos no singular. O motivo da abordagem desse assunto foi a crítica a Carlos de Laet, considerado por Barreto “um dos melhores prosadores da nossa terra, um estilista que gosta de remoeçar a velha linguagem dos clássicos” (p. 82), em função da seguinte construção: “Seguem estranhos cultos os colonos asiáticos e africanos immiscuídos no tremendo certame, aí trazidos pelos governos *inglês e francês*.” (p. 82-83), em texto publicado no *Jornal do Brasil* em 20 de dezembro de 1914.

Para o filólogo, essa concordância é “mui portuguesa”, sendo lógica e de uso antigo na língua, isso porque “estando o substantivo no plural, e referindo-se por tanto a vários seres, cabe perfeitamente o emprêgo de dois ou mais adjetivos no singular, cada um dos quais vem a qualificar um dos seres compreendidos na pluralidade do substantivo.” (p. 83). Comprova seu ponto de vista, com base na gramática de Guardia e Wierzeysky, em que há exemplos de construções semelhantes, nas quais intervêm numerais (adjetivos numerais) como em “Os voluntários foram alistados nas legiões décimanona e vigésima”.

Mostra que não é pertinente a crítica do leitor a Laet e que, talvez, tenha havido uma confusão com a expressão “a literatura grega e a latina”, uma vez que uma literatura não pode, ao mesmo tempo, ser grega e latina, mas as literatura grega e latina é construção aceitável, sendo a diferença de número que torna possível essa construção, porque “nenhuma confusão se pode estabelecer no espírito do leitor.” (p. 84)

Sobre essa questão, no Português atual, apresentamos a posição de Napoleão Mendes de Almeida (1982), que, apoiado em diversos estudiosos

como Pacheco Junior, Soares Barbosa, Rui Barbosa e Mário Barreto, afirma que há gramáticos que aceitam a construção em que o substantivo vai para o plural quando acompanhado de adjetivos no singular. Também Bechara (1999) faz referência a esse tipo de concordância, que não é focalizada por muitos gramáticos, esclarecendo que, quando há uma palavra determinada e mais de uma determinante, a primeira pode ficar no plural ou ir para o singular, sendo possível, neste último tipo de ocorrência, a repetição do artigo. Destaca, ainda, que, em geral, essa situação acontece com os adjetivos pátrios.

3.5 Conceito de ortografia

A Reforma Ortográfica de 1915, em discussão, naquele momento, no Brasil, é tratada nos capítulos XIX, XX e XXI, com base em entrevista concedida ao redator do Correio da Manhã e publicada em 5 de dezembro de 1915. Esta exposição tem por referência o capítulo XIX. A posição de Barreto, em relação a essa Reforma é de apoio à simplificação e à regularização de nossa ortografia. Aplauda a Academia Brasileira pelas seguintes razões: “por querer harmonizar o seu programa de reforma com a ortografia oficial portuguesa ordenada por decreto de 1º de setembro de 1911. Caminha-se assim para o acôrdo, evita-se o scisma ortográfico, não se quebra a unidade do idioma comum” (p. 261) Expressa sua confiança no grupo incumbido da Reforma, cuja missão, no seu ponto de vista, é o apontamento e a eliminação das pequenas divergências existentes entre a grafia de Portugal e do Brasil. Acredita nele, principalmente, pela presença de Silva Ramos, pois considera-o “verdadeiro linguísta que anda ao corrente de quanto se publica na Europa e segue os métodos exactos da ciência moderna.” (p. 261)

Entende, ainda, que a reforma portuguesa, proposta por brilhantes linguistas, não ofende a prosódia brasileira, logo pode ser seguida no Brasil. Considera que a base da reforma portuguesa

não é “o critério de puro fonetismo. A ortografia sónica é impraticável, sob pena de substituímos um caos por outro caos. Por sua mesma definição, uma ortografia fonética varia, como os sons que ela representa, de um indivíduo a outro. De sónica capitulam a reforma portuguesa para que facilmente a possa desvaliar e combater quem quer que possui dois dedos de gramática e não pode deixar de conhecer os argumentos já muito vistos e ouvidos com que se costuma refutar tal casta grafia. “(p.262-263)

Endossa ainda a reforma porque ela segue o proposto por Gonçalves Viana em 1904, e “respeita a etimologia e a tradição histórica.” (p. 263) Além disso, defende a proposta ortográfica do filólogo português porque é científica ou racional, seguindo “as feições peculiares do português e respeitando-se a história da língua, a sua formação e derivação, e bem assim, a tradição da sua antiga escrita.”(p. 263)

Aos adversários da reforma faz as seguintes objeções em relação à:

- a. **confusão resultante do desaparecimento das consoantes duplas**, como em *gramma*, com o sentido de peso, distinto de *grama*, capim: afirmava-se que a simplificação aumentaria o número de homônimos. Diz ele que, em verdade, essas homonímias nunca causaram dificuldades a ninguém, “porque o contexto determina suficientemente a palavra.” (p. 267)
- b. **fealdade da grafia simplificada**: aos que achavam feia a grafia com *f* em lugar de *ph*, como em *filosofia*, mostra sua admiração de se considerar uma letra, em certas combinações, bonita e, em outras, feia. Aos opositores de inovações, que vivem sob o “o império da preocupação e dos hábitos”,

diremos que a verdadeira beleza de uma arte consiste na simplicidade de seu processo; que o objecto da escritura é pintar sons, e que quanto mais singelamente o faça, tanto mais bela será. Diremos mais que a tal impressão de fealdade que a princípio nos causa a escrita simplificada, é devida ao descostume.” (p. 268)

- c. **redução das consoantes geminadas**: afirma que essas consoantes duplas latinas são pronunciadas de forma simples e que, portanto, devem ser reduzidas a uma só, o que resultará na escrita de *apelativo*, *abade*, *ofício*, *adição*, *agressão*, *conforme sua etimologia*. “À preocupação de aproximar a ortografia da etimologia é que se deve a presença de letras duplas ou geminadas que a pronúnciação do latim popular tinha deixado cair e que os latinizadores ressuscitaram.” (p.270)
- d. **supressão do h inicial, como elemento gerador de dificuldades no aprendizado de línguas estrangeiras**: Barreto considera que a supressão do *h*, letra muda, tanto nos aproxima como nos afasta de línguas estrangeiras. No caso do verbo haver sem *h* (*aver*), teríamos maior proximidade com o Francês (*avoir*) e com o Italiano (*avere*). Ao

se escrever *omen, orror, humanidade* sem *h*, estaríamos próximos dos italianos que grafam *uomo, orrore, umanità*. Encerra essa discussão com a afirmação: “Não vejo que se ganhe nada na ortografia de uma língua para adquirir o conhecimento de outra.” (p. 272) Destaca que a única necessidade do *h* é depois de *c, l, e n*, para representar o som palatal de *l* e *n* e o chiente de *c*, portanto, na grafia dos dígrafos.

- e. **reforma de Portugal é um ataque à pronúncia do Brasil:** para rebater essa objeção, Barreto retoma o argumento que atribui à Reforma de Gonçalves Viana um caráter fonético. Acusa esses opositores de não terem lido o trabalho do filólogo português ou de procederem de má fé. Reforça a impossibilidade de se fundamentar uma reforma ortográfica em uma imaginária unidade de pronúncia, que jamais existiu na língua falada. Com estas palavras, encerra o capítulo:

Os romanistas portugueses não nos propõem uma ortografia fonética. Podemos ficar tranquilos e seguros a este respeito. A reforma ortográfica por aqueles sábios preparada tem muito pelo contrário por fim respeitar a tradição lingüística e restaurá-la onde quer que ela foi alterada. É tal a semrazão de algumas críticas, que pendemos a crer que os autores delas não leram o livro de Gonçalves Viana, nem o relatório, que é um verdadeiro tratado de ortografia, da Comissão oficial portuguesa, e nisto está a desculpa de semelhantes críticos. (p.273)

Em sua defesa da Reforma Ortográfica Portuguesa, defendida pela Academia Brasileira de Letras, Barreto apresenta argumentos fortes contra os opositores dessa proposta, sendo um deles, Osório Duque Estrada, citado nominalmente na entrevista dada ao Correio da Manhã, pelo fato de ele destratar, em suas críticas, a Gonçalves Viana e a outros estudiosos portugueses, usando palavras pesadas como *bestunto* e *asno*. Esse debate pela mídia mostra-nos que a discussão sobre ortografia, não importa a época, sempre é acalorada e acirrada. Como a posição de Barreto, nas questões linguística, não importa a sua natureza, é sempre favorável aos padrões portugueses, é compreensível que ele tenha encontrado adversários, que já defendiam uma ortografia do Português que respeitasse as características da língua falada e escrita no Brasil. Em síntese, ele apoiava uma ortografia simplificada, mas fundamentada nos padrões portugueses, expressos na língua literária, que a sua grande fonte na abonação dos temas discutidos.

Fazendo-se uma aproximação com a atual reforma ortográfica, verificamos que há pontos comuns entre as duas como a busca da unificação ortográfica, a presença de muitas regras e de muitas exceções, o retorno da simplificação com a eliminação de letras mudas não pronunciadas e, por fim, a questão política que se refere às perdas de práticas tradicionais em cada país do mundo lusófono¹² e à submissão a novas regras que podem inverter uma lógica de mais de quinhentos anos, ex-colônias impõem normas ortográficas ao colonizador. Diante dessa situação, segundo SILVA (2008, p. 57), o Novo Acordo foi realizado unilateralmente, o que pode descaracterizar a Língua Portuguesa, o que o leva a considerar, baseado em Herculano de Carvalho, linguista português, que

... lembra primeiro que as regras ortográficas devem ter mais um caráter normativo (isto é, devem ser condizentes com a necessidade da escrita) do que compulsivo; e segundo que a reforma ortográfica do português quanto à simplificação de sua escrita, o que, segundo ele, não está totalmente contemplado na última proposta do Acordo.

Verificamos, assim, que mais uma vez a reforma ortográfica não atinge seu objetivo, deixando seus apoiadores e seus opositores descontentes.

Considerações finais

O tema deste trabalho é a obra *Fatos da Língua Portuguesa*, publicada em 1914, no momento em predominava, nos estudos sobre a Língua Portuguesa, a Filologia, no chamado período científico das investigações linguísticas (1881 a 1941). Seguindo os princípios dessa corrente, os estudiosos debruçam-se sobre fatos ou questões relativos ao Português, buscam resolvê-los à luz de especialistas europeus, notadamente os portugueses. Mário Barreto foi um desses filólogos, participante da 2ª geração da Filologia Brasileira, a fase legatária. (cf. CAVALIERE, 2001).

Inserido nesse Grupo, no tratamento da sintaxe, ele debruça-se sobre construções específicas do Português, retiradas de obras literárias, que envolvem a concordância, a sintaxe e a regência. Metodologicamente, ao analisá-las, muitas vezes, busca sua origem etimológica, compara-as com construções de outras línguas latinas, fundamenta a análise, do ponto de vista teórico, em relevan-

12 Segundo Silva, para Portugal, as mudanças atingiram 1,6% de seu universo lexical e, para o Brasil, apenas 0,5% de palavras sofreram modificações.

tes nomes nacionais ou estrangeiros. Seus estudos priorizam a norma culta e castiça de caráter lusitano, presente nas obras dos grandes nomes da literatura portuguesa e de alguns escritores brasileiros.

Nesse sentido, em relação à pergunta “Quais são os fatos sintáticos abordados no capítulo IV desta obra?”, verificamos que ele tratou de verbos que apresentam variedade de regime, como ensinar, caracterizando esse fato como uma especificidade da Língua Portuguesa. Abordou também a posição do pronome átono em locuções verbais, apontando que a colocação do pronome oblíquo átono entre os dois verbos é a mais frequente no Português do Brasil. Por fim, discute a concordância do substantivo modificado por dois adjetivos, na qual o substantivo está no plural e os dois adjetivos permanecem no singular. Considera essa construção como legítima no Português, tendo sido empregada por vários “mestres da língua” (p. 83)

Pelo exposto, fica demonstrado que a pergunta foi respondida e que o autor manteve-se dentro dos padrões filológicos no tratamento dos temas escolhidos. Portanto, o primeiro objetivo Levantar algumas questões sintáticas discutidas pelo filólogo no capítulo IV, para caracterizar seu conceito de norma linguística, foi atingido.

Quanto ao conceito de ortografia, concluímos que, para Barreto, ela deve respeitar e registrar as formas tradicionais da língua, ser simplificada e deve restaurar as formas linguísticas nos aspectos em que foram alteradas. Ela não pode ser confundida com a Etimologia.

Não pode também ser fonética, mas deve registrar as transformações sofridas pelas palavras ao longo do tempo, tendo, portanto, em suas regras aspectos fonéticos. Portanto, ele entendia ortografia como “o conjunto de normas reguladoras da representação gráfica das palavras.” (PROENÇA FILHO, 2009, p.15)

Assim, quanto à segunda pergunta “Qual a concepção de ortografia defendida no capítulo XIX da obra sob análise?”, constatamos que o filólogo, em relação à ortografia, defendia um sistema com regras claras, simplificado em relação ao modelo pseudoetimológico, pautado nas tradições do sistema linguístico do Português, seguindo o modelo de Gonçalves Viana, proposto em 1911. Assim, quanto ao objetivo Verificar qual a concepção de ortografia defendida por Mario Barreto no capítulo XIX da obra *Fatos da Língua Portuguesa*, consideramos que ele tenha sido atingido.

No que tange ao terceiro objetivo Destacar as contribuições da obra em análise para os estudos sobre a Língua Portuguesa no início do século XX, entendemos que ele foi alcançado porque, na exposição dos temas, o autor

deixa evidente a sua erudição, pois eles são aprofundados de diferentes formas: comparação com outras línguas; informações de caráter histórico; comparação entre diferentes autores de diferentes épocas; apresentação de argumentos de autoridade com base na Língua Latina e no Português Clássico, observando os princípios filológicos. Dessa forma, a presente obra trouxe contribuições para os estudos linguísticos na primeira metade do século XX, na perspectiva da Filologia, valorizando a norma literária e o purismo, tendo sido Mário Barreto o defensor e difusor dessas ideias no Brasil, seja como consultor em Consultório Gramatical, seja como autor em suas obras sobre o Português.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. 31ª ed. São Paulo: Saraiva, 1982.
- ALTMAN, Cristina. História, Estórias e Historiografia da Linguística Brasileira. *Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie. V. 14. N. 1, 2012.
- BARRETO, Mário. *Fatos da Língua Portuguesa*. 3ª ed., fac-similar, reproduzida da 1ª edição, de 1916. Rio de Janeiro: Presença, 1982.
- BASTOS, Neusa Barbosa e PALMA, Dieli Vesaro. *História Entrelaçada – A Construção de Gramáticas de Língua Portuguesa do Século XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- BASTOS, Neusa Barbosa e PALMA, Dieli Vesaro. *História Entrelaçada 2. A Construção de Gramática de Língua Portuguesa na primeira metade do Século XX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- BATISTA, Marlon de Novaes. *Coronelismo: ecos da República Velha na política atual do Brasil*. (texto na íntegra disponível em <http://www.webartigos.com/artigos/coronelismo-ecos-da-republica-velha-na-politica-atual-do-brasil/3268/#ixzz3g9wHB0Rv>), acessado em 15 de jul. 2015.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37ª ed.. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- CAVALIERE, Ricardo. Uma Proposta de Periodização dos Estudos Linguísticos. *Alfa*. São Paulo, 45:49-69, 2001, disponível no link <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4185>.
- CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa. 3ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- GUIMARÃES, Eduardo. Acontecimentos Institucionais e Estudos do Português. In *História da Semântica – Sujeito, sentido e Gramática Histórica*. Campinas, SP: Pontes, 2004, p. 27-49.
- KOERNER, Konrad. Questões que persistem em Historiografia Linguística. *Revista da ANPOLL*, Nº 2, p. 47-70, 1996.
- MATTOSO CÂMARA JUNIOR, Joaquim. *Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.* (Carlos Eduardo Falcão Uchôa – org.) Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
-
- _____. *Os Estudos de Português no Brasil*. 1968, (texto na íntegra disponível no link <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/letras/article/view/19779/13014>, acessado em 24 jul. 2015.
- PALMA FILHO, João Carlos. *A República e a Educação no Brasil: Primeira República (1889-1930)*, 2005, (texto na íntegra disponível em <http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/106/3/01d06t04.pdf>), acessado em 17 jul. 2015.
- PATTO, Maria Helena Souza. *Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres*, 1999, (texto na íntegra disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141999000100017&script=sci_arttext), acessado em 17 jul. 2015.
- PENHA, João Alves Pereira. *Filólogos Brasileiros*. Franca: Editora Ribeirão Gráfica, 2002.
- PROENÇA FILHO, Domicio. *Nova Ortografia da Língua Portuguesa – guia prático*. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- SAUTCHUK, Inez. Romantismo, José de Alencar e a Língua Portuguesa. 2002, (texto na íntegra disponível em http://www.gelne.ufc.br/revista_ano4_no2_16.pdf), acessado em 24 jul. 2015.
- SAVIANI, Demerval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas, Editora dos Autores Associados Ltda., 2007.
- SILVA, Geraldo Bastos. *A educação secundária: perspectiva histórica e teoria*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969 (Atualidades Pedagógicas, vol. 94).
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 1ª reimpressão, com alterações. Rio de Janeiro: Objetiva. 2009
- SILVA, Maurício. *O Novo Acordo Ortográfico o que muda, o que não muda*. São Paulo: Contexto, 2008.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *O Império da Eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ: EdUFF, 1999.

Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa / Academia Brasileira de Letras. 6ª ed. São Paulo: Global, 2009.

Recebido em 31 de julho de 2015.

Aceito em 15 de setembro de 2015.